



Jucá pedirá prazo maior para debater Código Florestal

Líder do governo, Romero Jucá pedirá à presidente Dilma Rousseff que prorogue decreto sobre multas a produtores rurais, cujo prazo termina no próximo dia 11, o que daria mais tempo para análise

Aprovado na terça-feira, o projeto de novo Código Florestal tramitou durante 11 anos na Câmara dos Deputados. Mas o tempo para que os senadores debatam o assunto pode ser muito menor, já que vence em 11 de junho o prazo do decreto presi-

dencial que suspendeu a cobrança de multas aos produtores que desmataram áreas de proteção. Para o líder do governo no Senado, é fundamental que a presidente Dilma Rousseff prorogue o decreto, dando chance ao Senado de aperfeiçoar o código. **5**



Wilson Santiago, Walter Pinheiro e Cícero Lucena na sessão do Congresso

Congresso renova mandato no Parlasul e amplia presença

O Congresso Nacional aprovou ontem novo mandato para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e ampliou sua

bancada de 18 para 37 membros – 27 deputados e 10 senadores. Já aprovada pela Câmara, a resolução será promulgada. **3**



Projeto aprovado pela CAS beneficia trabalhador desempregado

Prioridade para maior de 50 anos em ações trabalhistas

Desempregados com mais de 50 anos podem ter prioridade na Justiça do Trabalho, prevê projeto aprova-

do ontem pela CAS. A prioridade se mantém aos sucessores, em caso de morte do interessado. **8**



Senadora Lúcia Vânia, entre os quatro convidados que participaram de debate na Comissão de Infraestrutura

Encargos na conta de luz causam polêmica

Integrantes do governo defenderam e representantes de associações ligadas aos consumidores criticaram a medida provisória, aprovada ontem pela Câ-

mara, que, entre outras providências, prorroga duas contribuições compulsórias que encarecem a conta de luz paga pelos brasileiros. **7**

Ciganos podem ter direito a estatuto próprio

Em audiência pública na CDH sobre a cidadania cigana, senador Paulo Paim defende aprovação de estatuto que consagraria direitos dessa etnia. **6**



Dançarinas ciganas se apresentam durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Começa discussão sobre reforma política na CCJ **2**

Plebiscito para criar estado de Tapajós avança **7**

Leucemia afasta Itamar Franco por 30 dias **2**

Mudanças no regime de suplência dos senadores e possibilidade de candidaturas avulsas em eleições municipais são os primeiros temas que serão discutidos e votados

CCJ inicia análise da reforma política por duas PECs

AS PROPOSTAS ELABORADAS pela Comissão Especial de Reforma Política começaram a ser examinadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Seguindo acordo negociado pelo presidente da comissão, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), foram lidos os pareceres de duas propostas de emenda à Constituição: a PEC 37/11, que altera o regime de suplência de senador; e a PEC 41/11, que dispensa a exigência de filiação partidária para os candidatos nas eleições municipais.

Pelo cronograma divulgado na semana passada, também deveria ter sido lido o parecer da PEC 40/11, que permite as coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. O adiamento foi pedido pelo relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), em função de apresentação de emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Divergências

Antes da leitura do parecer favorável à PEC 37/11, Eunício Oliveira adiantou a intenção de apresentar emenda à proposta, pelo fato de divergir de outro projeto, de sua autoria, sobre o mesmo assunto (PLS 41/11). Segundo o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), a matéria quase não gerou polêmica na comissão e tem como destaque a proibição da indicação de cônjuge ou parente consanguíneo ou afim do candidato, até o segundo grau ou por adoção, como suplente de senador.

Quanto à PEC 41/11, que permite candidatos sem partido nas eleições municipais, a proposta recebeu parecer contrário do relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Ele apontou contradição entre a proposta de "candidatura avulsa" nas eleições municipais e a tentativa de fortalecimento dos partidos via reforma política.



José Pimentel, Marta Suplicy e Eunício Oliveira debatem as propostas na CCJ

Sarney e base governista debatem mudanças com Lula

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em sua casa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os líderes da base do governo para discutir a reforma política, que é uma iniciativa conduzida simultaneamente na Câmara dos Deputados e no Senado e foi definida como prioridade pela presidente Dilma Rousseff.

O ex-presidente tem defendido pressa na modernização da legislação eleitoral, pregando mudanças como o financiamento público de campanhas e o fim das coligações partidárias. Ele considera essas duas mudanças funda-

mentais para fortalecer as agremiações partidárias.

Além de Lula e do vice-presidente da República, Michel Temer, chegaram para a reunião na casa de Sarney os líderes partidários Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Gim Argello (PTB-DF), Renan Calheiros (PMDB-AL), Francisco Dornelles (PP-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Acir Gurgacz (PDT-RO), Magno Malta (PR-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Na terça-feira, Lula se reuniu com senadores do PT na casa da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).



Lula, entre o vice Michel Temer (E) e Sarney, com os senadores governistas

Para Maldaner, mudança sobre MPs é um dever do Congresso

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância da PEC 11/11, que altera as regras para edição e tramitação das medidas provisórias (MPs). Segundo o senador, o Congresso Nacional deve "urgentemente retomar suas prerrogativas constitucionais" e aprovar a PEC.

Maldaner afirmou que, no campo legislativo, a missão do Congresso tem sido "homologar medidas provisórias". Segundo o senador, a sociedade cobra o Parlamento por essa omissão e o Supremo Tribunal Federal (STF) aproveita o vazio e elabora normas em diversas áreas.

Ele afirmou ainda que um senador não pode continuar restringindo sua atuação parlamentar ao simples "repassar



Maldaner lembra que congressistas são eleitos para fazer as leis

de verbas para municípios", com emendas ao Orçamento da União.

– Nosso compromisso é com a Federação, com a sociedade como um todo. Fomos eleitos, prioritariamente, para fazer leis – afirmou.

O senador fez um apelo para que o Senado volte a debater e legislar sobre temas importantes para a sociedade.

Simon e Pinheiro apresentam emendas à PEC

A PEC 11/11 recebeu ontem duas emendas de Plenário, apresentadas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA). O texto já havia sido modificado no relatório do senador Aécio Neves (PSDB-MG) na CCJ, depois de negociação entre as lideranças partidárias.

A emenda de Pedro Simon estabelece que a MP somente terá força de lei após a aprovação de sua admissibilidade por comissão mista permanente de deputados e senadores.

Walter Pinheiro pretende eliminar do texto de Aécio Neves o dispositivo que atribui a uma comissão mista de deputados e senadores a emissão de juízo prévio de admissibilidade das medidas provisórias.

Itamar se licencia por 30 dias para tratar leucemia

Internado desde o sábado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, o senador Itamar Franco (PPS-MG), de 80 anos, foi diagnosticado com leucemia (câncer nas células brancas do sangue). A doença foi descoberta após exame de sangue feito pelo senador em razão de sintomas de gripe. Segundo a assessoria de Itamar, que passa bem, a doença está em estágio inicial, o que aumenta a possibilidade de cura.

De acordo com o boletim médico, o paciente se sente bem, mantém todas as funções vitais normais e deve receber alta em breve.

Para o tratamento da doença, o parlamentar mineiro solicitou licença de 30 dias, não sendo necessária a convocação de suplente.

Aécio transmite recado: "Zelem pelo Regimento"

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) transmitiu em Plenário uma mensagem de Itamar Franco. O senador do PPS afirmou ter convicção de que voltará ao Senado ao fim da licença de 30 dias e pediu que senadores zelassem pelo Regimento Interno na sua ausência. O presidente José Sarney disse ter telefonado para o hospital assim que soube da notícia e reforçou a convicção sobre a volta de Itamar ao trabalho após o fim da licença. Demóstenes Torres (DEM-GO) lamentou o estado de saúde de Itamar e destacou o papel do senador na oposição.



Aécio Neves

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC que altera rito das medidas provisórias

14h Plenário realiza sessão especial para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública. Na pauta, a PEC 11/11, que modifica a tramitação de medidas provisórias.

Presidência Sarney recebe José Eduardo Cardozo

10h José Sarney participa de reunião da Mesa; às 11h, de cerimônia de termos de compromisso para construção de 454 quadras esportivas escolares e 138 unidades de educação infantil do PAC 2 e para doação de 30 mil bicicletas e capacetes escolares do programa Caminho da Escola. Às 12h30, recebe o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Sarney preside a ordem do dia, às 16h.

CRA Ministro fala sobre novas políticas

8h30 Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouvem o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, sobre as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como sobre propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em razão dos cortes no Orçamento anunciados pelo governo federal.

Drogas Psiquiatras falam em subcomissão

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros realiza o quinto painel com especialistas em dependência química. Entre os convidados, psiquiatras como Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal do Estado de São Paulo.

CI Novos diretores da ANP

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota as indicações de Florival Rodrigues de Carvalho e de Helder Queiroz Pinto Junior para diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Rio+20 Economia verde na agropecuária

9h Audiência da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que integra a CMA, para debater o tema "Economia Verde: agropecuária". Entre os convidados, representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura; e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

CDH Contaminação por chumbo na Bahia

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro (BA). Os ministros da Saúde, Alexandre Padilha; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, estão entre os participantes.

CRE Indicações de dois embaixadores

10h Mensagens do Executivo indicando embaixadores para a Letônia, cumulativamente com a Suécia, e para a Indonésia constam da pauta de votações da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Também projetos que aprovam acordos internacionais firmados com países como Vietnã e Israel.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Além de garantir novo mandato para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, resolução amplia número de integrantes de 18 para 37

Congresso aprova novo mandato no Parlasul

O CONGRESSO NACIONAL aprovou, em caráter definitivo, a Resolução 1/11, que garante novo mandato para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A resolução, que já havia sido aprovada pela Câmara no início do mês e foi confirmada ontem pelo Senado, amplia ainda de 18 para 37 o número de integrantes da representação, dos quais 27 serão deputados e 10 senadores.

Os novos integrantes exercerão seus mandatos até a posse dos parlamentares que serão eleitos para representar o Brasil em Montevidéu, sede do órgão legislativo regional.

Segundo emenda aceita pelo relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), os mandatos terminarão com a posse dos eleitos em 2012. No caso de as eleições para o Parlasul não serem realizadas no próximo ano, o relator estabeleceu que as lideranças partidárias indicarão os integrantes da representação até o final da atual legislatura. Os mandatos terminarão, então, com a posse dos deputados e senadores que vierem a ser eleitos para o Parlasul em 2014.

De acordo com outra emenda acatada pelo relator, a Mesa do Congresso fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado "tanto quanto possível" o critério da proporcionalidade partidária. A proporcionalidade será fixada de acordo com o resultado final das eleições, proclamado pela Justiça Eleitoral e a Representação Brasileira será instalada até o décimo dia após a publicação da resolução.

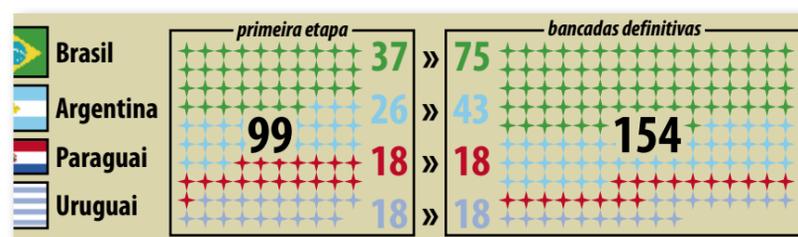


Senador Wilson Santiago (E), Cícero Lucena – relator – e deputada Rose de Freitas: até eleição em 2012, indicações conforme proporcionalidade partidária

A instalação da representação será o primeiro passo para a retomada dos trabalhos do Parlasul. O órgão legislativo regional não realiza nenhuma sessão desde o ano passado, uma vez que as sessões só podem ocorrer com a presença das representações dos quatro países-membros efetivos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os mandatos dos antigos integrantes da Representação Brasileira acabaram em dezembro de 2010. Por isso, somente agora, com a instalação da nova representação, o Parlasul voltará a se reunir.

Representações no Parlasul

As bancadas definitivas no Parlasul serão implantadas com as eleições diretas dos parlamentares pelos países do bloco



Composição é resultado de acordo regional

A elevação do número de integrantes da representação cumpre acordo celebrado com os demais países do bloco, de implantação paulatina do chamado critério de "representação cidadã", que prevê uma proporcionalidade mitigada em relação às populações de cada país na definição dos tamanhos das bancadas. Pelo acordo, a Argentina passará a ter, já neste ano, 26 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manterão as atuais bancadas de 18 parlamentares cada.

Esta seria a primeira etapa para a implantação das bancadas definitivas no Parlasul. A partir das eleições diretas nos países do bloco, a Argentina contará com 43 integrantes e o Brasil, com 75. Paraguai e Uruguai manterão 18, cada um. As eleições no Brasil precisam ser regulamentadas. Na Câmara, um projeto definindo as regras das eleições já foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores.

Canal de ligação entre o Congresso e o Mercosul

Caberá à nova representação exercer o papel de órgão de ligação entre o Congresso e o Parlasul. Os parlamentares deverão analisar e emitir parecer sobre todas as matérias de interesse do bloco regional que venham a ser submetidas ao Congresso. Poderão ainda realizar audiências públicas e examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlasul. Esses anteprojetos podem tornar-se leis nacionais em cada Estado-parte, com o objetivo de harmonizar as legislações nos países que integram o Mercosul.

A resolução prevê ainda a possibilidade de aprovação por via rápida das decisões adotadas pelos órgãos decisórios do Mercosul. Nos casos em que o Parlasul venha a ser ouvido antes da assinatura dos acordos entre os países do bloco, esses acordos serão examinados apenas, no caso brasileiro, pela representação e pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Collor registra painel de debates sobre 20 anos do Mercosul

Fernando Collor (PTB-AL) registrou a realização, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), do sexto painel do ciclo sobre os rumos da política externa brasileira em 2011 e 2012. Os assuntos debatidos foram o Mercosul e os 20 anos do Tratado de Assunção, o cenário no entorno da América do Sul, a criação da rodovia interoceânica e a relação comercial do Brasil com Peru e Bolívia.

Segundo o senador, para o embaixador Rubens Barbosa, o Tratado de Assunção, voltado inicialmente para a integração econômica e comercial do Mercosul, tem hoje ênfase nos aspectos políticos e sociais. Disse ainda que problemas como a crescente presença de produtos industriais da China na região e as restrições unilaterais adotadas pela Argentina, entre outros, têm contribu-



Collor destaca que sétimo painel do ciclo será sobre a África Setentrional e Meridional

ido para o esvaziamento do Mercosul, no contexto da integração regional e da globalização. Já o economista José Tavares Júnior, explicou Collor, defendeu o fim do compromisso do Brasil com a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e a adoção unilateral, pelo país, de uma segunda abertura comercial.

Segunda-feira será o sétimo painel do ciclo, com o tema "A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional", anunciou o senador.

Jucá anuncia visita de Chávez e espera soluções para Roraima

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem a vinda do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a Brasília para se encontrar com Dilma Rousseff, em 6 de junho. Jucá mostrou-se otimista com a possibilidade de muitas questões importantes para seu estado - vizinho à Venezuela – poderem ser resolvidas durante a visita.

Jucá comunicou também a prorrogação do Programa Luz para Todos, para possibilidade de acesso à energia elétrica a 45 mil famílias nas regiões Norte e Nordeste. O Luz para Todos, lançado em 2003, deveria ter sido encerrado em 2008, mas já foi prorrogado em 2010.

Comissão acompanha Política Nacional de Segurança Pública

O Senado aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar e analisar as ações da Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

A sugestão partiu do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). A comissão será composta por cinco senadores e terá o prazo de 12 meses para concluir os trabalhos.

A PNSP é um conjunto de ações de segurança, sociais e comunitárias destinadas a reprimir e prevenir o crime, reduzir a impunidade e aumentar a segurança dos cidadãos.

TRTs paraibano e gaúcho terão número de juízes aumentado

O Plenário aprovou ontem projetos de lei que aumentam o número de juízes nos tribunais regionais do Trabalho da 4ª Região (RS) e 13ª Região (PB), para suprir o aumento do número de ações ajuizadas nos últimos anos. Os dois projetos, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seguem para sanção presidencial.

O PLC 6/11 aumenta de 36 para 48 o conjunto de juízes no TRT com sede em Porto Alegre, onde o número de processos saltou de 26.856 em 1992 para 78.604 em 2009. Já o PLC 21/11 aumenta de oito para dez os juízes do TRT paraibano, que permanecia o mesmo desde a criação da corte, em 1985.

Justiça Trabalhista poderá criar três varas no interior do Piauí

A criação de três varas do TRT do Piauí, nos municípios de Uruçuí, Bom Jesus e Valença do Piauí, também foi aprovada ontem pelos senadores. O PLC 23/11 cria ainda três cargos de juiz, além de três cargos em comissão e 15 funções comissionadas para as novas varas. A matéria segue para sanção presidencial.

O projeto, de autoria do TST, justifica as novas varas devido ao crescimento econômico da região e ao aumento de processos judiciais, para que "a Justiça Trabalhista se torne mais acessível à população, o que deve contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional no âmbito do TRT da 22ª Região".

Em audiência na CCT, debatedores pedem mais recursos para inovação, estímulos para universidades e fortalecimento das empresas. Parlamentares destacam ainda a importância da ciência e tecnologia para a preservação ambiental

Inovação tecnológica no centro da agenda de desenvolvimento do país

PARA QUE A economia nacional seja mais competitiva, o Brasil deve colocar a inovação tecnológica – com mais recursos e foco no fortalecimento das empresas – como prioridade na sua agenda de desenvolvimento. O alerta foi feito por dois cientistas que participaram da audiência pública sobre desafios da inovação no Brasil, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix, a inovação não é uma escolha a ser feita, mas uma necessidade.

– Os países que não conseguem ter uma economia inovadora e não estimularem as empresas e as universidades a inovar estrategicamente, serão passados para trás e batidos pela concorrência – disse Arbix.

Para ele, os países em desenvolvimento não devem ser meros copiadores ou compradores de tecnologias. A Finep, segundo explicou, sustenta o Sistema de Pesquisa Universitário e incentiva a inovação nas empresas, por meio de programas específicos e recursos que têm aumentado desde 2003, até alcançar o patamar de cerca de R\$ 3 bilhões em 2010. Mesmo assim, são, segundo Arbix, “recursos absolutamente insuficientes para a tarefa que o Brasil tem pela frente de transformar sua economia em algo mais inovador”.

Para o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o economista Rafael Lucchesi, o Brasil precisa ainda criar uma mobilização empresarial pela inovação, um movimento que vise colocar a inovação no centro das estratégias empre-



Entre Glauco Arbix (E), da Finep, e Rafael Lucchesi, da CNI, Eduardo Braga preside primeira de oito audiências sobre inovação

sariais. Lucchesi defende que a agenda de desenvolvimento e inovação brasileira precisa ampliar investimentos e fazer uma mobilização conjunta entre o setor privado, o governo e a sociedade, todos voltados para o entendimento de que “a inovação tem que estar no centro do desenvolvimento”.

Inovação

Esse foi o primeiro de um ciclo de debates organizados pela CCT sobre o tema “Jornada pela Inovação”. Estão programadas oito audiências públicas, uma por mês, sobre assuntos diversos, que incluem ainda: Inovação da informação e Comunicação (TIC); inovação, Biotecnologia, fármacos e complexo industrial e saúde; inovação e cadeia produtiva do petróleo e gás; inovação e energia (foco nas energias renováveis); inovação e cadeia produtiva aeroespacial; inovação, micro e pequenas empresas e inclusão social e, por último, inovação aplicada à Copa e às Olimpíadas.

Comissão vai consolidar propostas após os debates

Ao final da Jornada pela Inovação, a CCT formará um grupo de trabalho para consolidar em propostas legislativas os resultados obtidos. A informação foi dada ontem pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da comissão.

– Serão propostas para avançar em recursos, para a reestruturação financeira da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] e para outras estruturas na área da Ciência e Tecnologia, para que possa culminar em uma mudança efetiva no marco regulatório de ciência e tecnologia – afirmou Braga.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), as audiências públicas são importantes para que o Brasil estabeleça a pesquisa e a inovação tecnológica como elementos estruturantes para o desenvolvimento. O país deveria estar preocupado com uma política de recursos humanos visando à

“acumulação de conhecimento para aplicação em inovação”, alertou.

Pedro Taques (PDT-MT) registrou que o Brasil “não pode ficar atrás em inovação tecnológica” e Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que a região amazônica precisa da inovação em ciência e tecnologia para acabar com o desmatamento.

– Nós só vamos lograr sucesso na preservação das nossas florestas se tivermos inovação tecnológica para dar condições àquele povo para não mais desmatar. Hoje, eles não têm alternativa – destacou Anibal Diniz.

Já Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) argumentou ser preciso levar esse debate sobre transformação tecnológica a todo o Parlamento, para que “possamos efetivamente construir um ambiente de inovação no nosso país”.

Vanessa volta a criticar incentivos para tablets

Em nome do fortalecimento da Zona Franca de Manaus, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a Medida Provisória 534/11, publicada na segunda-feira. A MP garante incentivos fiscais para a produção de tablets fora da Zona Franca de Manaus.

– O Brasil, dentro de sua política de integração nacional, tem a Zona Franca de Manaus, que é exatamente para contribuir com o equilíbrio do desenvolvimento nacional.

Segundo Vanessa, a manutenção dos incentivos fiscais da Zona Franca é essencial para a preservação da floresta amazônica.

– Não queremos a concentração da indústria no Sudeste e, sim, o desenvolvimento para todas as regiões – disse.

Jucá: Roraima terá armazém de cargas em seis meses

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que serão iniciadas em junho as obras para a construção de um armazém de cargas no aeroporto de Boa Vista (RR). A ordem de serviço foi assinada na terça-feira e o prazo para a conclusão da obra é de 180 dias.

O armazém alfandegado, o primeiro desse tipo no estado, é uma alternativa concreta ao sistema de logística da Amazônia Ocidental, disse o senador. A obra fará com que Roraima possa receber cargas do exterior, além de contribuir com um aeroporto de apoio à Zona Franca de Manaus.



Romero Jucá

Economistas debatem incentivos estaduais na CAE

Em debate ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os economistas Luís Paulo Rosenberg e Michal Gartenkraut condenaram a visão de que estímulos fiscais ofertados por estados, como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre bens importados, com o objetivo de atrair investimentos, estão causando a invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros e a eliminação de empregos no país.

– A intenção não é defender importações a qualquer custo, mas dizer que a causa principal do crescimento das importações não reside na redução das alíquotas de ICMS – destacou Gartenkraut.

Na visão dos economistas, apenas dois fatores explicam o incremento das importações: o forte desempenho da economia e uma defasagem efetiva do câmbio ao redor de 40%, na comparação com cesta de moedas dos principais parceiros

comerciais do país. Rosenberg, que criticou a “demonização” dos incentivos, disse que as medidas que os criam podem produzir impactos sobre as importações, mas que esses efeitos seriam pouco expressivos. Segundo ele, 86% da pauta de importações são de bens intermediários e de capital, “destinados a mover a máquina do PIB”.

– São bens que entram no país por conta da modernização da indústria e da expansão do parque produtivo – afirmou Rosenberg.

A audiência foi destinada a discutir projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que pretende corrigir as distorções atribuídas aos incentivos, para conter a chamada “guerra fiscal” entre os estados. Assinado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto estabelece alíquotas de IMCS nas importações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. O relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES).



Senador Vital do Rêgo (C), presidente da CMO, marcou reunião para terça-feira

CMO adia votação de pedido para convocação de Palocci

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para a próxima terça-feira a votação do requerimento do deputado Efraim Filho (DEM-PB) que convoca o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para esclarecer sua evolução patrimonial.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG) disse que a bancada governista pretendia a votação imediata, a fim de rejeitar o requerimento e iniciar a votação do relatório preliminar da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG).

Mas o líder do DEM, deputado ACM Neto (BA), disse que naquele momento estava começando uma sessão no Plenário da Câmara, o que regimentalmente impede a votação de qualquer matéria.

Com isso, o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), foi obrigado a suspender a reunião e convocar outra para a semana que vem.



Michal Gartenkraut, Luís Paulo Rosenberg e o presidente da CAE, Delcídio do Amaral

Líder do governo quer prorrogar prazo para vigência das multas a produtores rurais, para que Senado tenha mais tempo para aperfeiçoar o projeto



Deputados comemoram a aprovação do texto do novo Código Florestal, na noite de terça-feira: 11 anos de discussão

Jucá pedirá a Dilma prorrogação de decreto sobre Código Florestal

O LÍDER DO governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem que pretende pedir à presidente Dilma Rousseff a prorrogação do Decreto 7.029/09, que manda punir a partir de 11 de junho os produtores rurais responsáveis por desmatamentos ilegais. Jucá começou a recolher assinaturas dos líderes partidários em apoio ao requerimento.

A prorrogação do decreto é necessária para dar tempo aos senadores de discutirem e emendarem o projeto de reforma do Código Florestal, aprovado na terça-feira pela Câmara, e que deve chegar ao Senado na próxima semana. A proposta foi discutida pelos deputados por mais de 11 anos e seria debatida no Senado por menos de duas semanas.

Mudanças à vista

O objetivo dos líderes é formalizar o pedido, reforçando o apelo feito pelo líder do governo à presidente, de prorrogação do decreto por mais 120 dias. Dessa forma, o Senado teria prazo até outubro para analisar e aprovar o novo Código Florestal, que então seria devolvido à Câmara.

– A maior parte do trabalho a Câmara já fez. O projeto é bom, mas é preciso fazer pequenos ajustes. Existem dois ou três pontos que ainda merecem atenção, e alguns que não foram tratados na Câmara e serão

tratados no Senado. A ampliação do prazo é fundamental para que a gente possa debater com profundidade o projeto e construir as alternativas de que o país precisa – explicou Jucá.

Relator na CCJ

Entre as emendas que o projeto deve receber, duas já foram anunciadas. Uma prevê a inclusão de incentivos financeiros aos pequenos agricultores que preservarem mais do que a reserva legal definida pelo código. A iniciativa é do presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Outra emenda retira as áreas urbanas da abrangência do Código Florestal. Defendida por Jucá, essa emenda isentaria as áreas urbanas consolidadas, que não têm como atender mais as exigências da nova lei.

Sem a obrigatoriedade de aprovar o novo código até junho, o Senado ganha mais liberdade para discutir a proposta, acredita Jucá. A intenção dos senadores é debater a reforma em pelo menos cinco comissões permanentes da Casa: de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e de Meio Ambiente – por onde a passagem do projeto é obrigatória – e também de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. A decisão sobre o tema caberá à Mesa, assim que a matéria chegar ao Senado.

Solidariedade ao governo contra nota da OEA

O Plenário aprovou requerimento de voto de solidariedade ao governo brasileiro em razão de declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que solicitou a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O requerimento é de Fernando Collor (PTB-AL).

O senador afirma que “já se completaram 12 anos de estudos e negociações, ouvidos vários segmentos da sociedade, para que se chegasse à decisão para o início das obras”. Ele argumenta ainda que, “além da consulta aos distintos grupos interessados no projeto, foram realizados estudos de impacto socioambiental”.

CMA ouve ministra na quinta-feira

A Comissão de Meio Ambiente do Senado já debate a proposta do novo Código Florestal desde março. Duas audiências públicas foram promovidas – uma com o relator do projeto na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e outra com entidades de pesquisa científica, como Embrapa e SBPC.

Na próxima quinta-feira, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fala na CMA, um dia depois de a comissão ouvir representantes de ONGs ambientalistas ou federações de agricultores – os convidados ainda não foram definidos.

Entre os relatores designados pelas comissões para tratar do assunto, o primeiro nome confirmado foi o de Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sarney propõe discussão sem pressa do projeto

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a proposta de novo Código Florestal não tramitará em regime de urgência na Casa. Quando o texto aprovado pelos deputados chegar ao Senado, Sarney pretende garantir o “tempo necessário” para a discussão e votação.

– Que seja debatido com profundidade, porque é evidente que o Senado tem posições [diversas] de alguns setores e dos ambientalistas. Não vamos ter nenhum pedido de urgência para cá. Ele vai ser votado normalmente – disse.

O projeto do novo código poderá ser relatado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo senador Luiz Henrique. A indicação ainda será confirmada pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Marinor avisa que PSOL não segue acordo

Marinor Brito (PSOL-PA) criticou o texto do Código Florestal aprovado pela Câmara, que, na sua avaliação, favorece o agonegocio. Segundo ela, o acordo entre as diversas lideranças partidárias da Câmara não é considerado legítimo pelo PSOL.

A senadora criticou o governo por subsidiar grandes empresas mineradoras na Amazônia e não priorizar investimentos em assentamentos agroextrativistas, produção de óleo e utilização da floresta em pé.



Marinor faz críticas ao código



Ana Amélia: texto equilibrado

Para Ana Amélia, Câmara mostrou independência

Ana Amélia (PP-RS) apoiou o projeto aprovado na Câmara para o Código Florestal. Para ela, os deputados demonstraram, ao aprovar o texto contrariando interesses do governo federal, que o Poder Legislativo pode atuar de maneira independente, seguindo “interesses dos cidadãos”.

– Isso foi possível porque os deputados perceberam que o Brasil precisa encontrar o equilíbrio entre preservar o meio ambiente e manter o abastecimento de alimentos – disse a senadora.

Alterações na lei deixam Suplicy preocupado

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), são muito preocupantes algumas mudanças do novo Código Florestal. Caso da permissão do uso de áreas de proteção permanente (APPs) já ocupadas e desmatadas antes de junho de 2008 e da passagem para os estados do poder de estabelecer outras atividades agrícolas que justifiquem a regularização de áreas desmatadas.

Suplicy acha que o Senado deve levar mais em conta a opinião dos cientistas sobre o código.



Suplicy quer ouvir cientistas



Viana destaca responsabilidade

Jorge Viana quer discussão focada nas florestas

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a responsabilidade do Senado na discussão do novo Código Florestal.

– A legislação que o Senado agora tem a responsabilidade de apreciar é o Código Florestal, que diz respeito essencialmente às florestas. Acho que talvez essa seja uma das tarefas do Senado: trazer o debate, discussão, para o lugar certo – observou.

O senador lembrou ainda que a presidente Dilma assumiu o compromisso de vetar propostas que piorem a situação das florestas nacionais.

Davim sugere prazo maior para análise

Paulo Davim (PV-RN) defendeu a prorrogação do prazo para análise, no Senado, do projeto de Código Florestal. Ele fez um apelo à presidente Dilma Rousseff para que reedite o decreto que suspendeu as multas aos produtores que avançaram sobre a chamada reserva legal, dando mais tempo para os senadores. Davim considera importante realizar audiências públicas para ouvir as opiniões da comunidade científica e também de populações interessadas na matéria.



Davim quer audiências públicas



Vanessa: recuperação de áreas

Vanessa defende trabalho de Aldo como relator

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu em discurso o trabalho do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) na relatoria do novo Código Florestal. Ela criticou matéria da *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o novo texto permite a anistia de desmatamento antigo. A senadora afirmou que o texto prevê que “as multas e as autuações ficarão suspensas até que os donos das áreas se inscrevam em programa de regularização ambiental”, abrindo a possibilidade de recuperação de áreas degradadas.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos sugeriu que uma entidade nacional representativa dos ciganos elabore um minuta de estatuto, que servirá de base para a redação de projeto a ser submetido ao Legislativo

Paim propõe que Congresso Nacional aprove um estatuto dos ciganos

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) propôs ontem a aprovação de um estatuto dos ciganos, texto legal que consagraria os direitos dessa etnia. A ideia foi apresentada em audiência pública sobre a cidadania cigana na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo parlamentar.

Paim sugeriu a elaboração de uma minuta a ser posteriormente apresentada à comissão por uma entidade nacional representativa dos ciganos como base para o projeto de estatuto. A lei deveria receber o nome de Esmeralda, opinou o presidente da CDH, em homenagem a uma criança cigana impedida de frequentar a escola.

A história de Esmeralda foi contada na audiência pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF), idealizadora da Frente Parlamentar Cigana. De acordo com ela, Esmeralda, na impossibilidade de ir à escola, realizava seu sonho por meio da imaginação.

– Que democracia é esta, em que as crianças têm de fazer de conta que vão à escola? – indagou.

Erika Kokay lamentou que muitas pessoas dessa etnia não tenham acesso à educação formal ou mesmo à obtenção



Senadores Paulo Paim e Ana Rita assistem apresentação de ciganos calons na Comissão de Direitos Humanos

de documentos. A audiência, segundo explicou, teve como objetivo dar visibilidade aos ciganos e, em particular, à etnia calom. A deputada defendeu ainda a realização de um censo para aferir a população cigana no Brasil.

A representante da Associação dos Ciganos Calons, Marlete Queiroz, informou que os ciganos calons têm costumes, tradições e língua diferentes dos demais. Quando se fala de cigano, explicou, se fala apenas do grupo rom, ficando os

calons e os sintis “totalmente ignorados”. Há uma falsa ideia de homogeneidade entre os ciganos, disse ela.

Marlete defendeu que o governo reconheça o grupo como minoria étnica. Ela relatou ainda dificuldades de ser atendida na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e na Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial do Distrito Federal.

Jonatas Alexandre Lima de Oliveira, da Associação Cigana das Etnias Calons do Distrito

Federal, informou haver 127 ciganos dessa etnia no DF. Desse, 98 são analfabetos, mais de 77% do total. A escola rural que atende ao acampamento dos calons tem apenas dez crianças ciganas estudando. Dos 127 integrantes da comunidade, 49 se declararam autônomos e 70 não declararam profissão.

O deputado federal Domingos Dutra (PT-MA) e a senadora Ana Rita (PT-ES), vice-presidente da CDH, colocaram seus mandatos à disposição da defesa da causa dos ciganos.

Nova exigência para agrotóxicos passa na CAS

Produtores de agrotóxicos terão até dois anos após a obtenção de registro de um novo produto para colocá-lo no mercado. Caso contrário, o registro será suspenso. A medida consta de projeto (PLS 88/11) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que segue para decisão terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A Lei 7.802/89 não fixa prazo de validade para registros concedidos pelo governo. Com isso, explica a relatora, Ana Amélia (PP-RS), muitas empresas registram seus produtos, mas, por estratégia comercial, decidem não colocar o agrotóxico no mercado.

Acatada política de proteção à pessoa autista

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem projeto que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com base em sugestão da Associação em Defesa do Autista (Adefa), a matéria vai ao Plenário.

O projeto prevê direitos como proteção contra exploração e acesso a serviços de saúde e de educação, ao mercado de trabalho, à moradia e à assistência social. Concede jornada especial a servidor público que tenha sob seus cuidados cônjuge, filho ou dependente autista.

Elevador deverá ter uma janela de ventilação

A CAS também aprovou ontem, com modificações, projeto que torna obrigatória a instalação de janelas de ventilação em elevadores, com abertura para casos de emergência, e sistema de proteção que impeça a saída das pessoas.

O autor do PLS 467/09, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), lembra que a parada de um elevador devido a defeito técnico ou falta de energia elétrica “causa intranquilidade às pessoas que se encontram em seu interior”.

Por isso, explicou, a instalação de uma janela de ventilação é fundamental para que se possa manter a calma até a chegada de socorro.

Proibição de inibidor de apetite tem novo debate

Audiência pública conjunta da CAS com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) será realizada para debater a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de retirar de circulação medicamentos inibidores de apetite. Autor da sugestão, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o tema foi discutido na CDH no início de maio, tendo ainda permanecido dúvidas sobre o assunto.

– Diversos senadores médicos têm posição contrária à determinação da Anvisa e, como ainda não conseguimos esgotar o debate, trouxemos o tema para discussão em conjunto com a CAS – explicou Paim.

Homenagens a Abdias Nascimento

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai propor dar à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o nome do ex-senador Abdias Nascimento, falecido na terça-feira, no Rio de Janeiro.

Paim ainda requereu a criação de um selo lembrando a atuação do ex-senador contra o preconceito, e sugeriu estudos sobre a possibilidade de o Conselho Editorial da Casa compilar em um livro os discursos de Abdias Nascimento, que foi senador de 1997 a 1999. Também informou que pedirá a inclusão do nome de Abdias Nascimento na sessão especial de homenagem a Zumbi dos Palmares, que deve realizar-se em 21 de novembro.

O senador ainda destacou a passagem, ontem, do Dia Nacional da Adoção e dos 100 anos da empresa Tramontina, com sede no Rio Grande do Sul.

Alvaro entra com representação contra Haddad

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), entrou com representação contra o ministro da Educação, Fernando Haddad, junto à Procuradoria-Geral da República. O senador anunciou que o motivo são “erros de português” em livros didáticos distribuídos pelo MEC.

Alvaro também acusou as obras de apresentarem “proselitismo político afrontoso à Constituição”, argumentando que “todos eles criticam a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”.

O senador afirmou que optou pela representação porque o ministro foi convidado a comparecer à Comissão de Educação (CE) na semana passada, mas não o fez.

– Há que haver responsabilização. Ministério da Educação não é comitê eleitoral – disse.



Alvaro pede que procurador-geral da República investigue livros didáticos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Pedro Taques • João Pedro • Inácio Arruda • Lídice da Mata • Wilson Santiago • Wellington Dias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão aprova plebiscito para criação do estado de Tapajós

A proposta de convocação de plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós, aprovada na Câmara dos Deputados, foi acatada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com mudanças. Se houver o plebiscito, e a maioria decidir pela criação do estado, a parte oeste do Pará se tornará Tapajós, reunindo 27 municípios e abrigando cerca de 1,7 milhão de habitantes.

Na tarde de ontem, o Plenário aprovou tramitação em regime de urgência para a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 19/99. A proposta, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), teve parecer favorável do relator na CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A previsão é de que o PDS 19/99 possa ser votado na próxima quarta-feira, pois o prazo regimental é de três sessões deliberativas, contados a partir de hoje. Se o projeto for aprovado, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) terá seis meses para realizar o plebiscito.

Na CCJ, muitos dos senadores que votaram a favor da proposta também destacaram a necessidade de levar em conta estudos de viabilidade técnica, econômica e social.

O autor, Mozarildo Cavalcanti, por sua vez, sustentou ser um "exercício de democracia plena" conceder ao povo paraense o direito de dizer se quer ou não que o estado seja desmembrado.



Mozarildo Cavalcanti rejeita argumento de que sua proposta de desmembrar o estado do Pará seja oportunista

Lia de Paula/Senado Federal

Mozarildo apela por aprovação urgente da consulta popular

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou em Plenário a aprovação, pela CCJ, da sua proposta de realização de plebiscito relativo à criação do estado de Tapajós.

— Foi aprovada urgência para que o projeto seja votado no Plenário — ressaltou.

Mozarildo declarou que a

ideia de criar o novo estado não é oportunista, pois estudos propondo sua criação existem desde 1823. Em vez de aumentar o número de senadores, deputados federais e estaduais e vereadores, como argumentam alguns, o novo estado levará benefícios para a população da região, disse ele.

Ataídes Oliveira destaca potencial do Tocantins

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) assinalou em Plenário a força e o potencial de seu estado em áreas como a agricultura e a pecuária, a produção de biocombustíveis e o turismo ecológico.

O parlamentar elogiou o Congresso por ter permitido a criação do Tocantins a partir da divisão de Goiás. Ele disse que a medida favoreceu o desenvolvimento econômico e social do



Senador ressalta importância da interiorização do desenvolvimento

"nortão goiano".

Ataídes Oliveira destacou, ainda, que o Tocantins ajudou e ajuda o país a levar para o interior o crescimento brasileiro.

Eduardo Braga vê riscos ao Polo Industrial de Manaus

O novo Código Florestal e medidas provisórias em tramitação no Congresso podem "agravar desequilíbrios regionais e impedir que o Polo Industrial de Manaus continue a ofertar mais de 100 mil empregos diretos", disse Eduardo Braga (PMDB-AM). Segundo o senador, a proposta do novo código aprovada na Câmara pode ser modificada no Senado, mas as maiores ameaças a Manaus estão na MP 517/10 e, sobretudo, na MP 534/11, que concede a tablets produzidos fora da Amazônia os incentivos fiscais da Lei de Informática.

Cassol comemora entrega de prêmio a empresários

A empresa Ciclo Cairu, de Rondônia, receberá o Diploma José Ermírio de Moraes, cuja entrega no Senado está marcada para 7 de junho, destacou Ivo Cassol (PP-RO). O senador disse que a Cairu, dos irmãos Eugênio e Euflávio Ribeiro, começou em 1985 como oficina e hoje produz 21 mil bicicletas por mês, vendidas em 17 estados.

Cassol ainda pediu ao Ministério Público providências contra o esquema de superfaturamento de remédios e fraudes em licitações, em vários estados, denunciado no programa *Fantástico*, da TV Globo.

Prorrogação até 2035 de encargo tributário na conta de luz, prevista em MP que chega semana que vem ao Senado, foi defendida pelo governo e criticada pelos consumidores

CI discute continuidade de encargos na conta de luz

OS SENADORES DA Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debateram ontem com especialistas a Medida Provisória (MP) 517/10, aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, que concede incentivos tributários a vários setores da economia, prorroga até 2035 a chamada Reserva Global de Reversão (RGR) e estende por mais um ano o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A continuidade da cobrança da RGR foi criticada por onerar as contas de luz dos brasileiros, mas os representantes do governo a defenderam, como sendo importante para a manutenção dos investimentos no setor elétrico. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, e o subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Marcus Pereira Aucélio, defenderam, além da RGR, a continuidade do Proinfa.

A RGR é aplicada na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica e constituída por recursos pagos pelas distribuidoras de energia, que repassam o custo para o consumidor final. Seus recursos financiam programas como o Luz para Todos e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Criado em 1957, o encargo deveria ter sido extinto em 31 de dezembro de 2010, mas a MP o prorrogou por mais 25 anos.

Já o Proinfa, criado em abril de 2002, foi instituído com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, e por pequenas centrais hidrelétricas



Lúcia Vânia preside o debate: prorrogações na MP aprovada pela Câmara foram criticadas por representantes dos consumidores

no Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Encargos elevados

Marcus Pereira Aucélio afirmou que a RGR garante segurança e qualidade na manutenção dos serviços de energia elétrica, funcionando como "uma poupança para o financiamento do próprio setor".

Zimmermann disse que os recursos provenientes da RGR (média de R\$ 1,5 bilhão por ano) são aplicados em investimentos no próprio setor elétrico. "É uma das principais fontes do programa Luz para Todos", declarou.

Ele afirmou que 50% do montante arrecadado com o encargo é aplicado nas regiões Norte e Nordeste para diminuir a desi-

gualdade regional brasileira.

Já o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio José Dias Sales, e o presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, se posicionaram contra a cobrança da RGR.

Sales informou que 45% da conta de luz paga pelos brasileiros são referentes a impostos federais, estaduais e outros encargos, como a própria RGR. Ele acusou o governo de "não ser transparente" na gestão e aplicação dos recursos da reserva global e afirmou que apenas 46% da arrecadação anual é realmente aplicada no setor elétrico.

Brasília quer fazer jogo de abertura da Copa

Brasília mantém grandes ambições para a Copa de 2014. A capital, que é uma das 12 cidades-sede da competição, quer receber o jogo de abertura e abrigar o Centro Internacional de Mídia. O desejo foi manifestado ontem pelo coordenador da Copa de 2014 do Distrito Federal, Sérgio Graça, em audiência pública na Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Segundo Graça, Brasília reúne as melhores condições entre as 12 cidades selecionadas pela Fifa, entre outras razões, porque o Estádio Nacional será o único em todo o país

localizado no "marco zero" da cidade. Além disso, o estádio, que substituirá o atual Mané Garrincha, será um dos poucos que poderão atender exigência da Fifa de que as semifinais, a final e as cerimônias de abertura e de encerramento da Copa aconteçam em arenas com capacidade para mais de 65 mil espectadores.

O coordenador disse que Brasília não tem os problemas de mobilidade urbana enfrentados por Rio de Janeiro e São Paulo, as outras duas cidades candidatas ao jogo de abertura e a sediar o Centro Internacional de Mídia, que deve ter

movimento de 20 mil pessoas antes mesmo do evento. Ele assinalou que o estádio estará num raio de 2,5 quilômetros de hotéis e *shoppings centers*, bem como do Parque da Cidade e do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Graça reconheceu que o governo do DF se preocupa com as condições do aeroporto, mas não tem responsabilidade sobre a sua reforma.

Errata: afirmação sobre Fifa é de Bompastor

Na reportagem da Agência Senado intitulada "Fifa quer impor fornecedores para obras públicas da Copa", reproduzida na edição de ontem do *Jornal do Senado*, as declarações atribuídas ao secretário de Controle e Desenvolvimento Urbano do Recife, Amir Schwartz, foram, na verdade, dadas pelo secretário extraordinário da Copa do Mundo do Estado de Pernambuco, Sílvio Bompastor. Os dois foram convidados da Subcomissão da Copa de 2014.

Senadores Rodrigo Rollemberg e Blairo Maggi, com Sérgio Graça: estádio para 65 mil



Gerardo Magela/Senado Federal

Walter Pinheiro pede votação de PLC do acesso à informação



Moreira/Alanz/Senado Federal

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu à Presidência do Senado a inclusão na pauta do Plenário de projeto de lei da Câmara (PLC

41/10) que trata do acesso à informação.

O senador lembrou que o projeto, que tramita em regime de urgência no Senado, atende a um apelo de diversas instituições internacionais para que o Brasil também garanta o acesso à informação, à transparência e à liberdade de expressão, a exemplo de outros países.

Wellington relata viagens a Maceió e a Porto Alegre

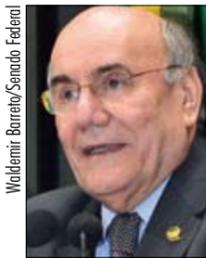


Moreira/Alanz/Senado Federal

Wellington Dias (PT-PI) relatou sua presença em eventos em Maceió e Porto Alegre. Na capital alagoana, o senador participou, na segunda-feira, da primeira de uma série de reuniões que a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste está promovendo.

Na capital gaúcha, Dias esteve na instalação do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas e visitou as obras de um centro de referência no tratamento e reinserção de dependentes químicos.

Flexa defende integração da Amazônia Legal



Waldemir Barrero/Senado Federal

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a importância do encontro de governadores da Amazônia Legal, realizado em Belém no sábado, para estimular o desenvolvimento regional e a integração da Amazônia ao resto do país.

– É preciso que haja a união dos governadores, dos parlamentares, do setor produtivo, dos trabalhadores de todos os estados da região amazônica para que possamos criar, construir, propor um projeto que seja discutido e defendido por todos – disse Flexa Ribeiro.



Moreira/Alanz/Senado Federal

Acir Gurgacz homenageia os 31 anos do PDT

O senador Acir Gurgacz (RO) comemorou em Plenário os 31 anos de fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), celebrados ontem. Ele afirmou que, no momento em que a política sofre uma crise de homogeneização dos partidos políticos, o PDT é uma

legenda que segue coerente com suas duas bandeiras prioritárias: a educação e o trabalho.

Segundo ele, “está cada dia mais difícil diferenciar as ideias, os programas e as bandeiras de um partido para o outro”.

A CAS aprovou proposta de Lúcia Vânia que determina prioridade na tramitação de processos trabalhistas para desempregados com idade superior a 50 anos

Desempregado com mais de 50 anos tem benefício judicial

TRABALHADORES DESEMPREGADOS COM mais de 50 anos poderão passar a ter prioridade na tramitação de processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, desde que requeiram o benefício. É o que está previsto em proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 88/08) prevê ainda que, mesmo com a morte do beneficiado, a prioridade

continue em favor de seus sucessores. A autora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lembra que o Estatuto do Idoso já assegura prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

A senadora argumenta que a Justiça do Trabalho “deve ser mais sensível ainda às condições sociais dos empregados em lití-

gio com seus empregadores”, principalmente aqueles que já chegaram aos 50 anos e estão desempregados, “com as dificuldades naturais de recolocação daí recorrentes”.

Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), longe de criar um privilégio, o projeto reflete “a sensibilidade que o legislador deve ter em relação aos trabalhadores que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os jovens”.



Presidente da CAS, senador Jaime Campos coordena discussão de extensa pauta de votações

J. Freitas/Senado Federal

Aprovada regulamentação da profissão de taxista

Projeto que regulamenta a profissão de taxista foi aprovado pela CAS e segue para a Câmara dos Deputados. A proposta atende a antiga reivindicação desses profissionais, conforme o autor, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Taxista, determina o projeto (PLS 42/11), é o permissionado (dono do veículo que possui permissão legal para exercer a profissão), o empregado (trabalha para uma empresa de táxi) e o colaborador auxiliar (trabalha com veículo cedido por outro taxista). Para o taxista empregado, o texto prevê direitos como comissão de pelo menos 3% das tarifas medidas pelo taxímetro e repouso semanal remunerado.

Centenário de nascimento de Carybé é lembrado

A integração do Mercosul não se dará apenas na economia, mas também por meio da cultura, educação e gastronomia. O artista Carybé, nascido na Argentina e naturalizado brasileiro, foi um exemplo dessa possibilidade de integração, conforme ressaltou a vice-presidente da Comissão de Educação (CE), senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que presidiu homenagem ao centenário de nascimento do artista. A solenidade foi solicitada por Lídice da Mata (PSB-BA).



Marisa (2ª à esq.) preside homenagem ao lado da filha de Carybé, Solange Bernabó

Marisa lembrou que Hector Julio Páride Bernabó, o Carybé, foi pintor, ceramista, desenhista, muralista, ilustrador, escultor, pesquisador, historiador e jornalista.

Ele nasceu na Argentina, passou a infância na Itália e a adolescência no Rio de Janeiro, onde estudou artes plásticas, contou sua filha Solange Bernabó.

Genalio Magalhães/Senado Federal

Malta alerta para insatisfação na base governista

O senador Magno Malta (PR-ES) disse ontem em Plenário que não há como esconder a insatisfação na base do governo no Congresso, acrescentando que “todo mundo reclama e murmura, mas ninguém fala” sobre o assunto. Malta criticou – sem citar nomes – ministros que, segundo ele, não recebem e não atendem ninguém, mas quando precisam do apoio dos partidos aliados no Congresso, “telefonam, ficam humildes, choram”. Ele reafirmou seu apoio à presidente Dilma Rousseff.



Moreira/Alanz/Senado Federal

Ivo Cassol propõe castração química para pedófilos

Ivo Cassol (PP-RO) reiterou em discurso a defesa de punições severas para quem abusar sexualmente de crianças e adolescentes, incluindo o emprego de técnicas de castração química de infratores.

O senador anunciou ter apresentado projeto de lei que altera o Código Penal prevendo “medidas de segurança de tratamento químico hormonal aos condenados por pedofilia”. O condenado poderia submeter-se voluntariamente a um tratamento em substituição à pena.

Geovani pede critérios menos rígidos em adoção

Ontem, Dia Nacional da Adoção, Geovani Borges (PMDB-AP) destacou a necessidade de as famílias adotarem crianças maiores de três anos, de cor diferente da dos adotantes, com deficiência ou que tenham irmãos. O senador disse que apenas 10% das 80 mil crianças e adolescentes que vivem em abrigos no Brasil têm chances de ser adotadas.

– Ainda se pensa em encontrar uma criança que se adapte ao filho imaginado pelos pais candidatos à adoção, e o perfil dessas crianças idealizadas é o inverso da realidade dos abrigos.



Moreira/Alanz/Senado Federal



Waldemir Barrero/Senado Federal

Marta lembra surgimento da Aids

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) registrou ontem os 30 anos da epidemia mundial de Aids, surgida em 1981. Ela apresentou dados estatísticos sobre a disseminação da doença – que hoje atinge cerca

de 506 mil brasileiros – e pediu empenho e conscientização para impedir o crescimento do número de vítimas no país.

Para isso, a seu ver, são necessárias campanhas “como as dos anos 80”.